

**1650: Timóteo Pimentel e a Guerra de Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal**

**1650: Timóteo Pimentel and the Restoration War - intervention, communication and political community in Portugal**

**1650: Timóteo Pimentel et la guerre de la restauration - intervention, communication et communauté politique au Portugal**

**1650: Timóteo Pimentel y la Guerra de Restauración - intervención, comunicación y comunidad política en Portugal**

Rodrigo Franco da Costa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
rodrigo.franco1991@gmail.com

**Resumo:** Procura-se analisar neste artigo a intervenção política de frei Timóteo Pimentel no período da Guerra de Restauração através da obra *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, datada de 1650. Deseja-se refletir sobre o papel do religioso enquanto partidário do governo do Portugal Restaurado e a relação que desenvolvia com as populações portuguesas durante o conflito do reino lusitano contra Castela.

**Palavras-Chave:** Timóteo Pimentel; Restauração de Portugal; intervenção política.

**Abstract:** This article seeks to analyse the political intervention of Friar Timóteo Pimentel in the period of the Restoration War, through the work *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, dated from 1650. We wish to reflect on the role of this cleric as a supporter of the government of restored Portugal and the relationship he sought to have with the Portuguese populations amid the conflict of the Portuguese kingdom against Castile.

**Keywords:** Timóteo Pimentel; Restauração de Portugal; political intervention.

**Résumé:** On cherche à analyser dans cet article l'intervention politique du frein Timóteo Pimentel dans la période de la guerre de restauration à travers l'œuvre *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, datée de 1650. On veut réfléchir sur le rôle du religieux comme partisan du gouvernement du Portugal restauré et la relation qu'il cherchait à avoir avec les populations portugaises au milieu du conflit du royaume lusitanien contre Castille.

**Mots-clés:** Timóteo Pimentel; Restauration du Portugal; intervention politique.

**Resumen:** Este artículo busca analizar la intervención política del fray Timóteo Pimentel en el período de la Guerra de Restauración a través de la obra *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, fechada en 1650. Se desea reflexionar sobre el papel del religioso como partidario del gobierno de Portugal restaurado y la relación que buscaba tener con las poblaciones portuguesas en medio del conflicto del reino lusitano contra Castilla.

**Palabras-clave:** Timóteo Pimentel; Restauración de Portugal; intervención política.

## 1. Considerações preliminares da arena política portuguesa no século XVII

Quando se fala sobre a Restauração de Portugal em 1640 compreende-se o processo em que o reino lusitano recupera a sua autonomia política com a morte de Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado de D. Filipe IV, e com aclamação do duque de Bragança como o rei D. João IV de Portugal. Esse processo é seguido de uma guerra com a Monarquia Hispânica até 1668, quando os portugueses têm sua independência, enfim, reconhecida (Torgal, 1981: 55).

É impossível ter-se uma compreensão mínima desse processo político sem a devida atenção aos diversos setores da sociedade portuguesa que participaram do movimento. Como é possível de se notar em variados trabalhos sobre a Restauração, não foram apenas os “quarenta fidalgos” que tornaram possível a ruptura política dos portugueses com a Monarquia Hispânica. O debate de ideias e de projetos para o reino foi numeroso e contou com a participação de vários agentes, entre eles, muitos do “Estado dos eclesiásticos” de maior ou menor posição em sua hierarquia. João Francisco Marques em seus dois volumes de *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640 – 1668* (Marques, 1989) expôs muito bem como variados aspectos do pensamento religioso, ligados à História de Portugal, possibilitaram um arsenal argumentativo de justificação da Restauração pelos portugueses. Porém, ações de intervenção política mais localizadas, que mostram as conexões do clero português com o restante da sociedade, vêm sendo debatidas mais recentemente. Cabe ressaltar a importância da condição de lusitanidade, ou seja, da identidade portuguesa desenvolvida pelos homens do século XVII nesse processo de interação social desempenhado por membros da Igreja. É importante salientar também que o debate sobre as identidades no século XVII apresenta um ponto de retomada na historiografia, a exemplo da obra *Repensar a Identidade nas margens da crise de consciência europeia* (Marcos, 2015).

A noção de lusitanidade pode ser entendida como uma ideia de pertencimento da comunidade política portuguesa que se aflora em oposição às forças castelhanas, principalmente, a partir do domínio da Monarquia Hispânica sobre Portugal, durante o processo de Restauração e sua posterior guerra que dura quase três décadas. A lusitanidade pode ser compreendida de forma mais circunscrita através de diversos

elementos da cultura política existentes em Portugal, recuperados do pensamento da tradição clássica greco-latina, em especial, ciceroniano. Conceitos como “república” e “pátria” vigoram nos principais textos do período referentes à Restauração, como os de João Pinto Ribeiro, suscitando diversos debates políticos (Costa, 2020). Essa cultura política de cunho patriótico reforça as agências portuguesas durante o século XVII, também ancorada na retomada do pensamento de Tomás de Aquino a partir de eruditos como Francisco Suarez, em que a origem do poder do governante está nos povos que governa, e estes possuem o direito de recuperá-lo se o monarca não conservar o bem comum, os foros, usos e costumes da comunidade (Calafate, 2012).

Afim de melhor delimitar a noção de lusitanidade é importante esclarecer que o termo não corresponde a um anacrônico nacionalismo no século XVII. Este, como já explicitado por farta historiografia, é discutível na Europa e nas Américas somente a partir de fins do século XVIII e do início do seguinte (Anderson, 2011:79, 80).

Como ponto de partida deste trabalho, compreende-se que muitos materiais impressos eram produzidos no período, estimulando a participação de variadas camadas das populações de Portugal na vida política do reino. Agentes sociais diversificados, como livreiros, astrônomos e padres confeccionavam papéis de leitura ligeira. Os alvos dessas obras eram quaisquer figuras dos ambientes urbanos lusitanos que se deparassem com um cartaz ou com um opúsculo que circulasse de mão em mão. A título de exemplo, vale ressaltar o cartaz de Francisco Lopes, *Glória de Portugal*; ou ainda, o *Alvitre Matemático...* de Manuel Gomes Galhano Lourosa; e, de autoria anônima, *A Relação de tudo o que passou na Felice Aclamação...*, que expõe a importância da intervenção do “Povo” de Lisboa no ato da Restauração de Portugal. Todas essas obras foram produzidas e postas a público já em 1641, logo no primeiro ano após o movimento. Salienta-se ainda os periódicos produzidos nos tempos de guerra entre Portugal e a Monarquia Hispânica, inicialmente a *Gazeta* e, posteriormente, o *Mercúrio Português*, como forma de reforçar a autoridade política do governo de Portugal restaurado. Debatiam-se ideias e havia atenção às mudanças ocorridas nas esferas de poder por parte dos portugueses.

Eles eram capazes de decifrar avisos das autoridades nas ruas e praças das cidades, assim como também poderiam produzir textos de intervenção política. Se nem todos conseguiam ler e escrever, a leitura coletiva em pontos estratégicos dos principais centros urbanos possibilitava a adesão a determinado ponto a ser defendido, ou pelo menos, a

propagação das notícias sobre algum assunto entendido como importante para a vida da comunidade política. Pescadores, comerciantes, mestres e outros agentes sociais dos meios urbanos de Portugal eram incluídos no debate político do reino por esses materiais. É oportuno lembrar a importância da Casa dos Vinte Quatro, presente em algumas relações sobre a Restauração de Portugal. Essa chave de compreensão se centra no trabalho de variados intelectuais que buscam romper com a ideia de que as populações europeias do Período Moderno eram analfabetas e excluídas da vida política.

No caso de Portugal, observa-se o trabalho de Rita Marquilhas intitulado *Faculdade das letras – leitura e escrita em Portugal no século XVII* (2000), analisando o grau de alfabetização em Portugal nos Seiscentos. Jason Peacey em *Print and public politics in English Revolution* (2013) contribui com uma importante análise sobre a forma como as populações da Inglaterra se politizavam ao longo do processo da Revolução Inglesa, salientando a função da imprensa e da leitura, promovendo intensa circulação de ideias e debates políticos. Filippo de Vivo com a obra *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics* (2007) expõe como ocorriam os debates políticos nas principais praças e centros urbanos das cidades italianas, expondo que variados setores sociais se engajavam em causas e debatiam questões políticas. Massimo Rospocher e Rosa Salzberg afirmam a existência de uma “efervescente esfera pública” nas cidades italianas no período do Renascimento (Rospocher, 2012: 96).

Assim, os séculos XVI e XVII são marcados por uma intensa circulação de ideias e de intenções: cartazes eram pregados nas paredes, poemas eram lidos em voz alta, tratados de intervenção política existiam juntamente com as polêmicas que eles poderiam produzir. António Castillo Gómez chega a afirmar que as cidades eram palcos de fortes debates políticos, não apenas por parte dos dirigentes, mas de toda uma rede de comunicação que intervinha se opondo às práticas dos governantes, através de panfletos, cartazes, leituras públicas e variadas formas de comunicação (Gómez, 1997: 66).

Uma parte significativa dos debates levantados possuía sua base argumentativa em uma “literatura arbitrista” bastante forte entre os séculos XVI e XVII, que refletia a natureza do poder do governante e a Razão de Estado (Curto, 2011: 360). É nesse contexto que se torna mais evidente em Portugal no período da Restauração a figura do repúblico, alguém pronto a intervir, inclusive pela produção escrita, nas questões políticas daquele tempo, preocupado com o “bem comum” dos portugueses e com os rumos do reino.

“Um importante termo de época vem a calhar neste momento: ‘repúblico’. Nas primeiras décadas do século XVII, a palavra designava aqueles que intervinham na política com escritos e ações públicas, guiados pelo ‘bem comum’, sem fazê-lo por dever de ofício e sem agir necessariamente em benefício privado. O conceito que está associado à palavra remete a um tipo específico de intervenção política e pressupõe um público leitor, atento, interessado e capaz de atuar” (Camenietzki, 2014: 149).

No período em que Portugal se manteve submetido ao domínio do governo castelhano, iniciado em 1580 com Filipe II até o episódio da Restauração de 1640, as tensões nunca sumiram. A violência marcante do exército filipino sobre importantes cidades portuguesas ocasionou conflitos que teriam consequências décadas após o ocorrido e se somariam a outras numerosas insatisfações dos portugueses (Valladares, 2010: 87). Essas tensões fizeram florescer variados tratados, panfletos e escritos de todo tipo antes e depois da Restauração. Em meados do século XX, Hernani Cidade produziu um importante mapeamento das obras de oposição política em Portugal existentes no período filipino (1950: 42 – 47).

Antes do Primeiro de Dezembro diversos religiosos já apresentavam descontentamento em relação à situação política lusitana. Pode-se observar que com os problemas vivenciados em Portugal após 1619, a começar pela presença de Filipe III no reino (Cardim, 2017) e o sucessivo processo de centralização política e administrativa encabeçada pelo conde-duque Olivares (Elliot, 1965), as opiniões já começam a intensificar suas agitações. As duas décadas que antecederam a Restauração foram marcadas por diversas sublevações populares e antifiscais (Oliveira, 1984) e por uma forte produção escrita de crítica ao modo como a Monarquia Hispânica governava o reino de Portugal. O setor clerical interveio em peso nesse período.

Em 1624, Manuel Severim de Faria, Cônego e Chantre de Évora, apresenta seus *Discursos Vários Políticos*. Na sua obra, o religioso defende um maior protagonismo de Portugal nas relações com o restante dos domínios sob comando dos Habsburgo. A base da argumentação de Severim de Faria se centra na ideia de que impérios poderosos da História eram fortes porque tinham portos bem fortificados e estes eram os centros políticos de seus governos. Assim, ele trabalha para convencer as opiniões de que Lisboa seria uma capital melhor do que Madrid para todas as regiões sob o comando do rei castelhano (Faria, 1624: 2V). O autor ainda afirma que a ausência do rei em Portugal acarretaria numa crise para as conquistas ultramarinas do reino. Para provar seu

Rodrigo Franco da Costa – 1650: *Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022. 39-62. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a3)

argumento, Severim de Faria expõe os sucessivos ataques ao Brasil, à Guiné, às ilhas de Cabo Verde e mais regiões de domínio lusitano (Faria, 1624, 26 - 27).

Poucos anos após a intervenção de Manuel Severim de Faria, Lourenço de Mendonça, jesuíta de ampla experiência no Ultramar, publica a sua *Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señor que Dios guarde. Ante sus Reales consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses*, datada de 1630. Nesse período, Lourenço de Mendonça era comissário do Santo Ofício em Potosí (Cardim, 2017: 237). Seu objetivo era expor ao governo da Monarquia Hispânica como os portugueses eram tratados na América Espanhola, afirmando que os lusitanos eram obrigados a pagar impostos que os naturais de outros lugares da Península Ibérica não eram, como a *Composición*: “Hallemos tan grandes muestras de desamor, como ser oprimidos y vexados con nombre y composición y expulsión de extranjeros sospechosos y danosos” (Mendonça, 1630: 8v). É interessante ressaltar que no desenvolvimento de seu argumento, Lourenço de Mendonça afirma que tanto os portugueses como os castelhanos seriam igualmente espanhóis, não havendo motivos para tal distinção de tratamentos nas terras da América Espanhola. (Cardim, 2017: 237)

Em 1632, tempo em que as tensões entre Portugal e Castela estavam ainda mais acirradas, frei António Brandão escreve a terceira parte da *Monarchia Lvsitana*. Na obra, o autor deseja reforçar os direitos tradicionais da comunidade política portuguesa, recuperando o estabelecido nas Cortes de Lamego, episódio da História de Portugal, inventado no século XVII para firmar argumentos de oposição às políticas centralizadoras de Madrid encabeçadas pelo valido de Filipe IV, o conde-duque Olivares (Brandão, 1632: 144). O recurso de retomar episódios históricos de Portugal para usos políticos já havia sido feito outras vezes em diversas obras, tanto em tratados como em poemas, como por exemplo, na publicação do “Juramento” de D. Afonso Henriques, também apócrifo, na segunda edição de *Dialogos de Varia História*, escrito por Pedro de Mariz em 1599. (Buescu, 2010)

Os exemplos expostos nos apontam uma grande participação do “Estado eclesiástico” português em questões políticas de primeira importância para o reino ainda antes da Restauração. Apesar das demandas e das intenções não serem exatamente iguais, os casos mostram diversas tensões presentes na relação entre o governo de Madrid e os portugueses. Com a defenestração de Miguel de Vasconcelos e a aclamação de D. João

IV, a intervenção política dos religiosos só se mostra mais vigorosa. Como já é sabido, a Restauração de Portugal é afirmada e defendida por um conjunto volumoso de obras no período, tendo o objetivo de modificar as opiniões daqueles que se opunham ao movimento (Curto, 1988: 93-94). A partir de então, pode ser visto que muitos membros portugueses da Igreja Católica de variada hierarquia aparecem como atuantes políticos de duas formas: com largo espaço dentro das narrativas de apoio à Restauração, assim como também produzem a própria publicística em defesa de Portugal restaurado.

Duas figuras ganham bastante relevância com o Primeiro de Dezembro, são elas o padre Nicolau da Maia e o arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha. O primeiro é apontado como responsável por convencer as populações de Lisboa a aderirem à Restauração de Portugal e por ter certa proximidade com os mestres e a Casa dos Vinte e Quatro. O arcebispo é visto como protagonista da procissão em que se celebra o episódio.

O conde de Ericeira, Luís de Menezes, apontou desde o final do século XVII a intensa participação dessas duas figuras no processo de Restauração. O autor de *História de Portugal Restaurado* marca a atuação do padre Nicolau da Maia no convencimento de diversos setores da gente comum de Lisboa, comunicando sobre o evento e “reduzindo” os representantes das populações urbanas (Menezes, 1751: 102). A participação do arcebispo de Lisboa também é de fundamental importância no desenrolar da Restauração. Ao sair em uma procissão, o prelado presencia o “milagre” do despregar do braço de Cristo. Esse episódio foi interpretado como sendo o apoio e a aprovação de Deus ao movimento. “Gritou o povo que uma imagem de prata de Cristo crucificado que levava o capelão a quem tocava diante do arcebispo, despregara o braço direito” (Menezes, 1751: 111).

Outro relato do acontecimento que reforça a participação do arcebispo de Lisboa é uma das muitas obras de João Pinto Ribeiro, agente do duque de Bragança e figura de primeira importância política após a Restauração. Nos anos consecutivos a 1640, o letrado se destaca na sua atuação como repúblico (Costa, 2020), sendo então publicadas diversas intervenções políticas dele, entre elas, a *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal* em 1642. Na obra, a participação do arcebispo de Lisboa é igualmente salientada. É observado por João Pinto Ribeiro que até que D. João IV chegue à cidade, o “ilustríssimo arcebispo de Lisboa acudiu a tomar o governo” (Ribeiro, 1730: 32). Aspecto fundamental

também apontado pelo letrado foi o acompanhamento de D. Rodrigo da Cunha no paço após a dita procissão “milagrosa” igualmente presente na *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*. Conforme João Pinto Ribeiro, “entrou o arcebispo no paço, que estava ocupado de inumerável gente de toda sorte” (Ribeiro, 1730: 33). Isso demonstra não apenas a participação de D. Rodrigo Cunha no processo da Restauração, inclusive à frente da cidade, mas também a participação da população lisboeta no episódio juntamente com o arcebispo.

Na obra de 1641, *Relação de tudo que passou na Felice aclamação do mui alto e mui poderoso rei D. João o IV*, a participação de Nicolau da Maia ganha bastante visibilidade. A obra é cercada por diversas incertezas. Sua autoria é desconhecida, apesar da existência da especulação que o próprio Nicolau da Maia a escreveu. Pouco tempo após sua publicação, é censurada, pois diversos setores que apoiavam a Restauração ficariam descontentes com o conteúdo do opúsculo. Segundo a obra, os partidários da Restauração precisaram atrair a gente comum de Lisboa ao movimento, para isso, contavam com o padre Nicolau da Maia, conforme já exposto por Luís de Menezes, o conde de Ericeira, em sua *História de Portugal Restaurado*.

“Enquanto a Nobreza, afligida e estimulada com os rigores de Miguel de Vasconcelos, se queixava da força que se lhe fazia, os confederados iam com novo alento continuando, e fizeram grandíssimas diligências por ver se podiam, com o segredo devido, atrair a si o Povo, pela qual razão o padre Nicolau da Maia deu parte de tudo o que estava ordenado aos juízes do Povo, aos escrivães, aos vintequatro e aos misteres, e a muitos oficiais capazes de se fazer deles a confiança que o caso pedia” (Relação, 1641: 7).

A animosidade em torno da Restauração é bastante grande na *Relação de tudo que se passou...* Narra-se como o padre Nicolau da Maia exortava o “povo” que o escutava a aclamar o novo rei de Portugal D. João IV.

“Vieram com ele para o Senado da Câmara, ao mesmo tempo que o povo assistia ao pé das escadas da Igreja da Sé, ouvindo ao padre Nicolau da Maia, o qual, subido no último degrau, com um crucifixo na mão esquerda e uma espada na direita, lhe dizia estas palavras: ‘– Uniram-se os nobres deste reino, e diliberaram-se a desatar o jugo debaixo do qual há sessenta anos que todos padecemos. Tem já tirado a vida ao secretário Miguel de Vasconcelos e aclamado por rei ao duque de Bragança. Agora falta que, com a solenidade costumada, arvoremos todos a bandeira da cidade, e vamos pelas praças e pelas ruas aclamando o novo rei, em quem Nosso Senhor quer reformar a atenuada linha dos monarcas de Portugal’” (Relação, 1641: 23-24).

Dessa forma, resta-nos salientar que a capacidade de atuação de variados membros da Igreja era bastante grande em Portugal no século XVII. Essa participação na política

poderia ocorrer através de variadas formas: textos a serem publicados na busca de modificar opiniões; a exortação da população para a tomada de partido em relação à Restauração, como ocorre com o padre Nicolau da Maia; a contribuição na efervescência de debates sobre a condição de Portugal ainda quando submetido à Monarquia Hispânica; e como guarda da autoridade da Cidade de Lisboa para a espera de D. João o IV, no caso do arcebispo D. Rodrigo da Cunha.

A importância da Igreja Católica em Portugal foi grande nos anos que se seguiram à Restauração. A unidade da comunidade política portuguesa, se reconhecendo como cristã e criando elementos compartilháveis entre os seus membros, passou pela produção de eventos religiosos que reforçassem uma união dos lusitanos contra a ameaça castelhana. Cabe ressaltar que diferentes instâncias do governo de Portugal restaurado buscaram garantir a manutenção e o vigor dos eventos religiosos em Lisboa, objetivando a vitória dos portugueses na guerra. No *Assento da vereação de 24 de julho de 1642* é estabelecido que aqueles membros da câmara que não forem às missas e às procissões seriam multados em mil réis, enquanto que os cidadãos teriam que pagar dois tostões. (Oliveira, 1888: 470.) Quase um ano depois, o próprio rei D. João IV pede para que a câmara da cidade faça uma procissão, desejando o bom sucesso das armadas do rei, que estava na região do Alentejo em seu *Decreto de 15 de julho de 1643* (Oliveira, 1888: 510).

No ano de 1641, a *Gazeta do mês de dezembro*, periódico de apoio ao movimento de Portugal restaurado, narra a procissão de comemoração do primeiro ano da Restauração. É a procissão que une os portugueses para celebração da liberdade de Portugal. O documento pode ser visto como um importante exemplo da íntima relação entre as práticas e as ideias religiosas e o apoio à Restauração de Portugal, assim como sua afirmação política.

Dessa forma, a análise da obra de Timóteo Pimentel é um contributo importante para a compreensão da capacidade de intervenção política de grupos e indivíduos do “Estado eclesiástico” dentro do reino, em especial, nos tempos de guerra entre Portugal e Espanha após a Restauração de 1640. É ainda fundamental analisar a cultura política mobilizada pelo frei, tendo-se em vista a afirmação da identidade portuguesa em oposição à castelhana como meio de exortar a gente comum do reino a lutar pela causa da Restauração de Portugal.

## 2. Um frei português e a Guerra de Restauração

É visível, com os exemplos acima mencionados, que tanto a Câmara de Lisboa como D. João IV apelavam aos argumentos religiosos para aumentarem o apoio das populações à Restauração. Pode-se observar também a manutenção da participação de figuras da Igreja nos debates políticos em Portugal no período da Guerra contra Castela. Durante todo o conflito em que se envolveu Portugal eram necessários escritos, posições e falas que mantivessem vivos os ânimos dos lusitanos, convencendo a gente comum do reino a participar das contendas e a pagar maiores impostos. Timóteo Pimentel surge nesse contexto com sua *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*.

A obra do frade não foi a única do período com essa função. Muitos opúsculos surgiram com o objetivo de exaltar os espíritos em favor dos portugueses na Guerra de Restauração. Geralmente eram obras anônimas, baratas e com menos de dez páginas para informar sobre os acontecimentos do campo de batalha. É claro, as vitórias e os casos notáveis dos lusitanos eram sempre exaltados. Outro aspecto importante era a questão numérica: os portugueses sempre em menor número, com seu “brio” e valentia, superavam as dificuldades e o sempre maior número de castelhanos convenientemente melhor equipados. Cabe ressaltar o simbólico exemplo da Batalha da Montijo, conflito de resultado incerto, em que a publicística do episódio foi tão grande que tanto portugueses quanto castelhanos decretaram a vitória sobre o conflito (Camenietzki; Saraiva; Silva; 2012: 13-14).

Diogo Barbosa Machado em sua *Biblioteca Lusitana* nos oferece algumas informações sobre o autor. Timóteo Pimentel nasceu no final do século XVI, tendo recebido o hábito dos carmelitas em 1613. Após atuar no convento de Lisboa visitou diversas regiões da Europa, foi também à América, ganhando certa notabilidade pelos lugares por onde passou. Timóteo Pimentel foi preso pela acusação de querer libertar o infante D. Duarte. Ao ser liberto, retorna a Portugal, passando a pregar na Capela Real de D. João IV (Machado, 1747: 761-762).

Sua obra, produzida em 1650, a *Exhortação Militar ou Lança de Aquiles...* consiste em uma longa pregação aos portugueses para que tomem partido pela Restauração na

Guerra contra Castela. Logo no início de seu escrito, Timóteo Pimentel começa afirmando que confia a Deus a vitória sobre o governo de Castela que injustamente levantava armas contra os lusitanos. Para o autor, a confiança da vitória sobre o inimigo não estaria nem nos braços e nem nas espadas dos portugueses a quem tanto estimava, mas na decisão divina. Não importavam os fatores adversos no confronto com o exército da Monarquia Hispânica, Deus escolheria dar a vitória a Portugal pela população ser a verdadeira merecedora. É a partir de uma argumentação fundamentalmente religiosa que Pimentel inicia o processo de exortação dos lusitanos à guerra.

“Não tenho senhor, posta minha confiança em minhas forças, nem em os braços fortes e cortadoras espadas de vossos fieis portugueses meus vassalos (...) a vosso favor, senhor, a vossa ajuda invoco. Porque a minha causa é justa e aqueles que me perseguem, e sem justiça e sem causa me fazem guerra” (Pimentel, 1650: 2).

Pimentel reforça a sua argumentação recuperando a História de Portugal, explorando a atividade dos antigos reis, que saíam de seu “conforto” para visitar as suas fortificações no mar e no campo. Conforme o autor, os governantes lusitanos eram tradicionalmente cuidadosos com a saúde e a defesa de seus vassalos portugueses. O objetivo dessa digressão é mostrar que o rei tinha como prioridade o bem-estar de seus vassalos e não de si próprio. O texto do padre induzia os portugueses a perceberem em D. João IV, governante que ia às terras do Alentejo pelejar contra o invasor castelhano, a figura de rei modelar descrita pelo próprio Timóteo Pimentel.

O conjunto de argumentações do religioso se fundamenta, entre outras ideias, nas noções de soberania popular e de pacto de sujeição: convencionou-se no século XVII que as populações são soberanas e transferem ao rei o seu poder para que ele possa governar, servindo à comunidade que o havia aclamado através de um pacto político (Calafate, 2012). Nesse pacto, o rei recebe o poder da comunidade para preservar o bem comum, caso o governante não cumpra a sua função, os próprios vassalos têm o direito e o dever cívico de retirá-lo do cargo. Essas ideias já eram bastante conhecidas na Península Ibérica, especialmente com as contribuições de Francisco Suarez e de Juan de Mariana, contudo, ganham notável uso político a favor da Restauração com a publicação do cristão-novo Francisco Velasco de Gouveia intitulada *Justa aclamação do sereníssimo Rei de Portugal D. João o IV* de 1644.

A origem desse poder político que as populações possuíam viria necessariamente de Deus. A máxima *Vox Populi, Vox Dei* foi a base de muitos argumentos do período,

também servindo de reforço ao projeto político de Portugal restaurado que Timóteo Pimentel apoiava. Em 1643, alguns anos antes da publicação da *Exhortação Militar...*, António Carvalho de Parada em sua *Justificação dos portugueses sobre a ação de Libertarem seu Reino da obediência de Castela* já aludia em seus escritos à valorização do “povo como a voz Deus”.

“Diziam uns, busca seu dono, outros que se vinham emparar das vexações com que costumavam tratar os ministros, e todos com extraordinário gosto, festejavam chegarem naquela ocasião, pareciam então ditos do povo, mas o tempo mostrou que a voz do povo é a voz de Deus. Quem não fará muito cazo dos miraculosos sucessos que se começaram ver do ponto em que foi aclamado o nosso Rei dos três Estados, Eclesiástico, Nobre, e Popular, que a caso concorreram no mesmo tempo, sem saber um do outro” (Parada, 1643: 170).

O autor de *Exhortação Militar...* impunha àquele que tomava contato com suas palavras uma obrigação de estar presente nos campos de batalha. Conforme Pimentel afirma, é a comunidade política que mais se beneficiará da vitória sobre os castelhanos, o rei em pessoa sai em defesa dos portugueses cumprindo o dever que seu cargo lhe obriga.

“Que bem parecido há sido sempre em os reis e tempos de primavera e verão sair ao mar e à campanha, visitar suas fortificações, mostrando-se sempre cuidadosos e todos empregados em a saúde e defesa de seus vassalos. (...) Que louvado há sido sempre em os príncipes soberanos o antepor às próprias comodidades, as convivências alheias de seus súditos, negando-se a si mesmo o amor, por mostrá-lo aos que mandam. Laureando-se com esta arte em os ânimos dos seus piramidais memoriais, se não imortais obeliscos de obrigação e agradecimento. Que não vive para si o rei, que vive para os seus” (Pimentel, 1650: 4).

João Francisco Marques (1989) já identificou o uso de personagens e episódios históricos de Portugal como argumento de reforço à Restauração. Contudo, salta aos olhos, na análise desta obra, a retomada de momentos da Crise de 1383-1385, onde existiram muitos embates entre os reinos de Portugal e de Castela. Além disso, Pimentel ressalta a figura de Nuno Álvares Pereira, Condestável de D. João I e elemento de primeira importância na Batalha de Aljubarrota, conflito que iniciou a expulsão dos castelhanos das terras portuguesas no século XIV e de comum conhecimento dos portugueses no período do frei.

“Grande e primeiro mestre dos defensores da pátria, que como seu exemplo, ensinou como se havia de sustentar Portugal contra Castela; um Dom Nuno Álvares Pereira, o qual pelo zelo que ardia e defendia da pátria, e valentia de suas armas, foi com muita propriedade chamado de açoite soberbo castelhano. E Deus que é o que coroa ao que legitimamente peleja, notai como ao correr dos anos, e sucessos, veio a pôr a coroa

destes reinos em sua casa, e legitimo descendente que é nosso rei, que Deus guarde” (Pimentel, 1650: 87).

Para o autor, tomar frente no conflito é um compromisso civil que todo lusitano deve fazer, uma vez que seu próprio rei está nas fronteiras pelejando contra as forças da Monarquia Hispânica. O frade conclui ser grande vergonha para o vassalo que podendo contribuir para a defesa dos portugueses, permanece em sua casa. Timóteo Pimentel sobe o tom em sua *Exhortação Militar...* ao expor como obrigação e compromisso com a comunidade política ir à guerra, e não uma mera questão de escolha de âmbito privado. A ordem é bastante clara. Pimentel afirma que ao lado de todos os soldados portugueses haverá rei lutando com eles.

“Que é um gênero de violência primorosa e força de amor suave ao que obriga o cidadão a tomar as armas, o ver a seu Rei por defendê-lo, em habito de soldado em a fronteira. Que vergonha fora grande para o vassalo, que podendo menear as armas, e seguir seu príncipe natural, se ficará nesta ocasião em sua casa” (Pimentel, 1650: 8).

Pimentel infla os ânimos de todos que estavam se dirigindo ao confronto, escrevendo para que os portugueses entrem em Estremadura com bravura para derrotar o inimigo castelhano.

“Contra Castela vos aprestais hoje, oh valentes lusitanos, provocados do inimigo castelhano, saís ao mar, e à campanha em defesa de vossa liberdade e pátria em que haveis nascido fortes, acostumados sempre a vencer, eis de medir espadas, e as forças com castelhanos e ingleses. (...) Que entrareis vitoriosos por estremadura como raios, temidos como leões entre ovelhas sem pastor. A bandeiras estendidas marchareis por suas terras senhores de toda campanha, suas vilas e lugares, sem que acheis sequer um cão ou perro castelhano que vos saia ao encontro, ou vos venha ladrando em a retaguarda” (Pimentel, 1650: 23v-24).

Pimentel utiliza, em certo momento, a argumentação presente em grande parte dos panfletos anônimos sobre a Guerra de Restauração. O frei torna evidente a já conhecida contraposição do “bravo lusitano” em oposição ao “castelhano covarde”, do mesmo modo que afirma que a diferença numérica não será um fator condicionante para uma possível vitória castelhana, já que para cada português que cai em batalha, são necessários muitos castelhanos.

“Pelejai logo por defender-vos e entrai, entrai já valerosos lusitanos por Castela, segui os passos e correntes de vossos maiores que a vista desta vossa resolução já vejo calar e tremer toda Estremadura, como assombrada de vosso valor (...) feridos de medo mais que de ferro, se cairão rendidos e mortos a vossos olhos; que a cinco dos nossos fugirão cento dos seus, e a cem dos vossos, dez mil castelhanos (...) Que presto verá Castela como é possível e poderoso, que baste um dos nossos para mil e dois para dez mil

dos seus. (...) Poucos sois, mas fortíssimos lusitanos e tão curtos de razões em praças, como bravos em a campanha” ( Pimentel, 1650: 49v-50).

A questão numérica exposta por Timóteo Pimentel é exemplificada em variadas metáforas. Em certo momento, o autor compara os soldados lusitanos e castelhanos com moedas. Enquanto aqueles que lutam por Portugal são comparados a moedas de ouro, os soldados castelhanos a moedas de prata. Seu argumento busca afirmar que são necessários muitos castelhanos para valer como um português em batalha. Pimentel transforma a desigualdade numérica em argumento de incentivo aos lusitanos na guerra.

“Como as moedas de ouro são os soldados portugueses; cujo valor intrínseco de uma só prepondera mais que muitas de prata e cobre e outros metais. Que não sem muita providência, e estimação do seu valor mandaram os nossos reis passados lavrar as moedas de ouro, e as de mais subido preço e quilates puseram por nomes portugueses, por mostrar a distinção que o valor destas fazia a todas as mais nações” (Pimentel, 1650: 34).

Nas relações de guerra do período essa questão pode ser bem evidenciada, como na intitulada *Relação verdadeira da milagrosa vitória a que do castelhano alcançou o capitão d. Henrique Henriques em companhia do terço de d. Francisco de Sousa nos campos de Moura, donde é capitão-mor e alcaide-mor Luís da Silva Teles aos 14 de março de 1642*. A vantagem numérica jamais ofuscaria as qualidades lusitanas que se queria expor.

“Foi o melhor dia que as armas de sua Majestade, que Deus guarde, tiveram neste Alentejo, obrando todos todas maravilhas e milagres; pois o número dos nossos, não chegava a mais que de cem infantes, e sessenta cavalos, e o do inimigo era de cem infantes e trezentos cavalos, confessado pelos cativos e visto pelos nossos” (Sotomaior, 1642: s/p).

A covardia colocada sobre os inimigos castelhanos aparecia também nas perdas após as batalhas, na *Relação de um sucesso notável, que teve uma companhia nossa de cavalos junto a vila de Arronches pelejando com cinco do inimigo em 29 de dezembro de 1643* são comparados as baixas e os prejuízos de ambos os lados do confronto. O contraste é evidente, é claro. Fazia parte do processo de exortação ao conflito que esses papéis produziam expor uma sensação de segurança aos portugueses motivados ao confronto.

“Os feridos foram poucos e de nenhum perigo, cavalos não morreram mais que dois: os inimigos perderam mais de cinquenta, porque além dos mortos, aqueles a que cansavam os cavalos, se desmontavam e apeavam deles metendo-se por aqueles grandes matos, aonde ficaram escondidos, como acima fica dito” (Relação, 1643: s/p.).

João Salgado de Araújo escreve variados textos sobre a Guerra de Restauração, como o *Marte portugues contra emulaciones castellanas, o justificaciones de las armas del rey de Portugal contra Castilla* em 1642 e *Sucessos militares das armas portuguesas*

em suas fronteiras depois da aclamação com Castela em 1643. Assim como Timóteo Pimentel, Araújo busca enfatizar a importância da comunidade política na participação das batalhas contra o inimigo castelhano. E, se em algumas relações de guerra objetiva-se relativizar o perigo dos confrontos contra os castelhanos, o autor retoma Horácio e enfatiza o dever cívico de morrer pela pátria.

“Não cuide alguém que encubro em nossas pelejas, número de mortos, porque o não faço, antes conheço, quanto o que o faz fica em restituição da honra dos que morrem pela defesa da pátria, enquanto os privam de viver por glória, e a seus descendentes, e parentes do crédito, e gozo que teriam quando nos séculos futuros achassem gente de sua linhagem que pela pátria houvesse valorosamente dado a vida” (Araújo, 1644: 8V-81).

Os textos de Pimentel, Araújo e as relações de guerra possuíam formas de estimular os portugueses para a guerra que se distanciavam em alguns momentos e, em outros, se aproximavam. Como se pode observar, a produção de materiais motivadores dos portugueses ao confronto era diversificada.

Um aspecto bastante forte no discurso de Timóteo Pimentel foi a valorização da unidade entre os portugueses, segundo o religioso, somente a união da comunidade política resultaria em vitórias. Salienta-se nesse trecho o entendimento do frade sobre a urgência de uma associação entre portugueses para o enfrentamento de um inimigo comum e maior, o governo castelhano. Conforme o religioso, a divisão e a discórdia, no entanto, seriam a causa do fracasso dos portugueses.

“Porém o que melhor juizaram na matéria, ao amor e união com que todos pelejaram, confinaram a vitória de Abraham. Ah, meus portugueses, deixai, deixai que me alargue um pouco mais em este ponto tão essencial em vossas armas. Que se assim como Deus os fez valentes, houver concórdia e união entre vossos quem haverá que possa ofender-vos, ou quem se defenderá de vossas mãos? (...) Que a união e a concórdia entre soldados é a mãe e a fonte manancial das vitórias; como a divisão e discórdia, causa comum de vossas ruínas” (Pimentel, 1650: 51v).

É importante compreender que Timóteo Pimentel não escreve necessariamente sobre aristocracia, sobre o próprio clero, ou ainda sobre a gente comum de Portugal, o que se coloca acima de clamores relativos às ordens sociais é a noção de lusitanidade, ou seja, os valores identitários dos portugueses. Sua estratégia para atrair o máximo de partidários a lutar pela causa da Restauração é fazê-los esquecer de suas diferenças políticas e sociais, recordando assim, dos aspectos comuns entre as populações lusitanas a quem se dirige: a pátria, o bem comum e Cristo.

Timóteo Pimentel, em alguns momentos de sua *Exhortação militar...* utiliza uma estratégia parecida com a de um repúblico bastante curioso, o astrônomo Manuel Galhano

Lourosa, que em 1641, produziu o *Alvitre Matemático*. Sua obra era um opúsculo de leitura rápida e simples, que estimulava os portugueses a apoiarem a Restauração. O seu tratado é dividido em partes, cada uma para um respectivo setor da sociedade: rei, fidalgos, nobreza e populares. É importante salientar que era o fato de ser português o aspecto que mais era valorizado por Lourosa nos seus argumentos para a defesa de Portugal durante a Guerra de Restauração (Camenietzki, 2009.) Na parte em que Lourosa se dirige ao “povo” em seu tratado, faz questão de lembrar que, apesar das diferenças entre eles e os nobres, todos são lusitanos e feitos da mesma forma.

“Muitos dos nobres tidos nesta reputação pelos humanos por seus respeitos são da mesma massa que vós sois: com estes, e com os mais falei até agora dando-lhes alegres alvitres de felicidades sobre este reino, sem eu esperar deles outras alviças ou utilidades mais que alguma sombra de agradecimento por trabalhar em descobrir segredos de astrologia, cuja soberania e excelência descobre coisas grandes e secretas coisas nas contínuas excelências dos errantes astros e fixas luminárias do firmamento” (Lourosa, 1641: 52).

No final de seu tratado, Lourosa se dirige de maneira uniforme a todos os portugueses, expondo a importância de se manterem unidos, firmes e sem temor contra os castelhanos e apoiantes da Restauração de Portugal, objetivando conservar a liberdade da pátria e do reino. “Oh povo lusitano, te aquiete e te desimagine das fantásticas figuras tão mal fingidas, que sem serem noturnas, de dia te metem medo te atemorizam, e de continuo te desinquietam e atropelam” (Lourosa, 1641: 60).

Cabe ressaltar que Timóteo Pimentel desenvolve uma oposição entre dois modelos: o de bom português, que dá a vida pela comunidade política a qual pertence, ao lado de seu rei, que peleja contra o invasor castelhano; e o de infiel ao compromisso civil e à pátria, no caso, trata-se daquele que preferiu virar as costas para os seus iguais em necessidade e permanecer na segurança de seu lar. Conforme o religioso, isso seria uma grande vergonha para todo aquele preocupado com a conservação da comunidade política de Portugal. Pimentel cita Santo Ambrósio para afirmar que aqueles que não lutam pela Restauração de Portugal são “injustos”, deixando a pátria ao poder dos castelhanos.

“E assim como são justos todos aqueles que pelejam pela defesa da pátria, assim diz santo Ambrósio, são injustos todos que a desamparam e a deixam ao arbítrio de seus inimigos. Quer dizer que o Varão bem entendido nunca faltará a sua pátria, porque se acaso o houver mister, sempre o ache para defendê-la. Que o desampará-la em ocasião, há sido impiedade de alguns homens dementados e sem juízo, que por discursar agudos, se precipitam acelerados. (...) Porque assim como tivemos por infiel, e desumano ao filho que vendo perigar a mãe, a não socorrerá, e lhe faltará; assim mesmo fora declaradamente ímpio, e injusto, o que vendo a pátria em manifesto perigo, a deixará, sendo que esta também é a mãe, que nos deu o ser da criação e do sustento” (Pimentel, 1650: 82v-83).

Timóteo Pimentel compara a pátria, Portugal, aos pais dos lusitanos. Pelo fato de ter gerado os portugueses, eles devem lutar para protegê-la a todo custo. Para o autor de *Exhortação Militar ou Lança de Aquiles...* os progenitores dos portugueses são, assim como a pátria, uma imagem de Deus. O argumento direcionado à figura divina tem o intuito de reforçar o impacto sobre as populações de Portugal.

“Logo se a pátria é nossa mãe e nosso pai, com maiores privilégios que os que nos geraram, primeiro devemos pugnar por ela, porque primeiro lhe devemos amor, respeito e reverência (...) tratando das obrigações que tem o filho ao pai, disse, que à pátria, como aos pais devíamos obrigação, como a divinos. Porque são nossos pais imagens expressas de Deus, mais próprias e naturais que nenhuma arte ou pincel, nos pode exprimir ou retratar” (Pimentel, 1650: 90v).

Por fim, o “bom cidadão” para Timóteo Pimentel em sua obra é aquele português fiel à Restauração e que conseguiu superar todo tipo de adversidade para lutar nos campos de batalha contra os castelhanos, ávidos pelo sangue lusitano, como apresenta o autor.

“Logo só aquele será dignamente contado por bom cidadão, e só aquele se entenderá que sente bem do reino, e república, que com sua fazenda e pessoa sustenta a causa da pátria, servindo a uns de espora, e outros de exemplo, sem mais prêmio nem apresentação, que a glória de defender tão justa causa” (Pimentel, 1650: 100).

Pimentel expõe em sua obra que defender Portugal contra a Monarquia Hispânica é um compromisso civil de cada lusitano em relação à sua comunidade política. Qualquer medida contrária a essa, representaria uma traição aos próprios portugueses. A escrita de Timóteo Pimentel é bastante importante para o auxílio da reflexão dos historiadores em variados sentidos: o primeiro ponto a ser salientado é a clara existência da intervenção política de variados setores da Igreja Católica. Essa tomada de partido do frei buscava mudar as opiniões políticas dos mais distintos lusitanos sobre questões concretas da vida portuguesa no período da Guerra de Restauração, em especial, estimulando aqueles indecisos e pouco convencidos da efetividade do movimento a pegarem em armas contra o inimigo. O segundo elemento que salta aos olhos é a compreensão de Pimentel, no século XVII, sobre o funcionamento da agência política de toda a comunidade baseada em uma intensa troca de ideias entre os portugueses. Afinal, de certo modo, ele esperou que sua *Exhortação Militar...* fosse lida pelos agentes urbanos lusitanos, ou que suas ideias chegassem a eles de alguma forma ainda que não fosse diretamente pela leitura. Por último, a obra de Pimentel deixa evidente certa possibilidade de interação entre

lusitanos de camadas sociais distintas, contribuindo para mitigação da ideia de uma sociedade portuguesa seiscentista extremamente fraturada e isolada em seus segmentos.

### 3. Considerações Finais

O caso aqui analisado não foi exceção no processo de Restauração e nos anos de conflito subsequentes. Figuras do “Estado do eclesiástico” e de fora dele buscavam espalhar suas ideias por Portugal, intensificando o debate político sobre acontecimentos da ordem do dia. O incentivo às discussões sobre a Restauração era originado de variados materiais de leitura.

Dessa forma, não sobram dúvidas que muitos agentes políticos partidários da Restauração pertenciam ao clero, ou ainda que a condição portuguesa no mundo fosse fonte de preocupação dessas figuras. Contudo, se o projeto político da Restauração contou amplamente com o apoio de homens da Igreja, houve também agentes de grande importância clerical que se opuseram à Restauração, como já mostraram alguns historiadores (Camenietzki, 2014: 134). Em 1641, o arcebispo de Braga foi acusado de liderar uma conspiração para matar D. João IV, unindo-se a alguns nobres de primeira grandeza.

Assim, se os argumentos de caráter religioso foram centrais para figuras como Timóteo Pimentel conseguirem lançar suas ideias nas discussões políticas existentes na sociedade portuguesa no período da Restauração, o próprio clero lusitano estava em disputa. A Guerra de Restauração não se restringiu ao campo de batalha, ocorreu também intensos debates de ideias, dentro e fora das paredes clericais. A esfera religiosa das sociedades ibéricas, e especificamente de Portugal, não era monolítica e não defendia as mesmas ideias “em bloco”. Os agentes da fé eram também agentes políticos que ocasionalmente concordavam muito pouco sobre as mais diversas matérias.

As ordens religiosas de todo tipo ficaram bastante divididas e apreensivas no período em que a Restauração ocorreu. Beneditinos, Jerônimos, Dominicanos e Franciscanos tiveram participação tímida, contudo, vários religiosos que pertenciam às ordens intervieram politicamente de forma mais clara. A decisão política da Santa Sé, no entanto, é partidária de Filipe IV, ocasionando um problema interno para Portugal restaurado: a nomeação dos bispos lusitanos dependia de Roma (Camenietzki, 2014:

141). Fernando Bouza-Alvarez também contribui para essa análise ao expor que variados religiosos mantiveram a fidelidade à Monarquia Hispânica em seu *Portugal no tempo dos Filipes* (Bouza-Alvarez, 2000: 207).

As disputas políticas entre os partidários da Restauração e os adeptos da manutenção do poder da Monarquia Hispânica sobre o reino português tiveram como palco, entre outros espaços, o interior das igrejas lusitanas. A publicística foi muito intensa de ambos os lados, especialmente quando se tratou dos feitos de cada parte em conflito na Guerra de Restauração. Timóteo Pimentel é o exemplo dessas constatações ao publicar a sua *Exhortação*, ele expõe seu posicionamento e usa um grande arsenal de argumentos, muitos deles religiosos, para convencer aos portugueses a pegarem as armas e se direcionarem aos campos de batalha.

A escrita de Pimentel apresenta várias características comuns a outros textos produzidos no período, conforme pôde ser visto ao longo deste trabalho. Em determinados momentos a sua *Exhortação Militar...* se aproxima de alguns elementos descritivos presentes nas relações de guerra existentes durante a década de quarenta do século XVII. Isso pode ser observado na diferença numérica entre os exércitos de Portugal e de Castela, exposta, por exemplo, na metáfora das moedas, exaltando o valor dos portugueses, apesar de seu pequeno número. É possível de observar o estímulo que o frei busca exercer sobre os lusitanos, também existente nas obras de João Salgado de Araújo, produzidas poucos anos antes, contudo a obra de Pimentel apresenta aspectos mais diversificados que os escritos detidos somente a questões militares. Seu objetivo era bastante próximo ao destas produções anônimas e de escritores conhecidos: levar os lusitanos à guerra em apoio à Restauração, mas os textos do frei desenvolviam argumentos que escapavam ao universo de Marte.

Há ainda uma valorização dos argumentos identitários lusitanos, em que se prioriza a natureza da comunidade política, a lusitanidade, e se deixa um pouco de lado as divisões sociais. Esse tipo de posicionamento, pode ser encontrado no *Alvitre Matemático*, produzido por Manuel Galhano Lourosa. Tanto na obra de Pimentel, como na de Lourosa é possível observar a preocupação com o bem comum dos portugueses, resultante dos sucessos da Restauração e de seus conflitos. As fraturas e hierarquias da sociedade lusitana ficam em segundo plano, o objetivo é unir os naturais para derrotar os castelhanos.

Outro aspecto estruturante da obra de Pimentel foi a influência de importantes nomes do período que haviam recuperado elementos da Escolástica para o debate político, como Francisco Suarez e Juan de Mariana. Isso pode ser identificado nas ideias relativas às teorias da soberania popular e do pacto de sujeição presentes na *Exhortação Militar*. Quando Pimentel resgata a noção de que os governantes lusitanos eram zelosos com seus vassallos e respeitavam os princípios da constituição da comunidade política, seus foros e costumes, torna-se clara a sua percepção sobre a origem da soberania nos povos e os limites do poder real em Portugal, partilhada não apenas por ele, mas por outros escritores coetâneos.

Dessa forma, Pimentel utiliza esse arsenal argumentativo, proveniente de diferentes esferas da cultura política de Portugal do século XVII para entrar em contato com as populações lusitanas e estimulá-las à defesa do reino na guerra contra Castela. Frente ao impasse das fraturas eclesiásticas sobre a situação política do reino de Portugal na Restauração, o frei não apenas se posiciona contundentemente, mas utiliza diversos fundamentos para modificar opiniões e estimular as já convencidas a pegar em armas contra os inimigos castelhanos.

Assim, o estudo de figuras como Timóteo Pimentel no período da Restauração nos mostra como a Igreja Católica possuía disputas internas sobre os mais diversos projetos políticos. Pode-se observar também a valorização da condição portuguesa, debatida por diversos religiosos mesmo antes de 1640. Se a Igreja Católica em um dado momento foi compreendida como um elemento de propagação de unidade cristã na Europa e no restante do mundo, é também importante analisar e entender melhor as fraturas políticas, por vezes profundas, dos próprios agentes da fé.

### **Fontes manuscritas**

Biblioteca Nacional de Portugal, LOUROSA, Manuel Gomes Galhano (1641) *Alvitre matemático. Tratado político fisiológico, democrático, ethico, aristocrático e teológico (...) repartido em quatro discursos breves, e ultimamente em um epilogo sucinto de todo*

Rodrigo Franco da Costa – 1650: *Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022. 39-62. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a3)

*o tratado histórico. Oferecido ao mesmo monarca excelso D. João III Rei no nome (...)* composto pelo licenciado Manuel Gomes Galhano Lourosa, (manuscrito), Cod. 517.

### Fontes Impressas dos séculos XVII e XVIII

ARAÚJO, João Salgado de (1644), *Sucessos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da aclamação com Castela*, Lisboa, Paulo Craesbeck.

Câmara de Lisboa (1888), “Assento da vereação de 24 de julho de 1642” in OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Topografia Universal, Tomo IV.

BRANDÃO, Antônio (1632), *Monarchia Lvsitana*, Lisboa, Pedro Craesbeeck.

D. João IV (1888), “Decreto de 15 de julho de 1643” in OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Topografia Universal, Tomo IV.

FARIA, Manuel Severim de (1624), *Discursos Vários Políticos*, Évora, Manuel Carvalho.

GOUVEIA, Francisco Velasco de (1846), *Justa aclamação do sereníssimo Rei de Portugal D. João o IV. Tratado analítico dividido em três partes*, Lisboa, Fenix.

LOPES, Francisco (1641), *Glória de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva.

MACHADO, Diogo Barbosa (1747), *Biblioteca Lusitana histórica, crítica e cronológica na qual se compreende a notícia dos autores portugueses, e das obras que compareceram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o presente*, Lisboa, Ignácio Rodrigues.

MENEZES, Luís de (1751), *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, Domingos Rodrigues.

MENDONÇA, Lourenço de (1630), *Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señor que Dios guarde. Ante sus Reales consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses*, Madrid.

PARADA, António Carvalho de (1643), “Justificação dos portugueses sobre a ação de Libertarem seu Reino da obediência de Castela”, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1643, in, CRUZ, António. *Papéis da Restauração*, Porto, Universidade do Porto, 1969, vol.2, pp.143-230.

Rodrigo Franco da Costa – 1650: *Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022. 39-62. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a3)

PIMENTEL, Timóteo (1650), *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana.

*Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rei D. João o IV nosso senhor*, Lisboa, Lourenço Anveres, 1641.

*Relação de um sucesso notável, que teve uma companhia nossa de cavalos junto a vila de Arronches pelejando com cinco do inimigo em 29 de dezembro de 1643*, Lisboa, Paulo Craesbeck, 1644.

RIBEIRO, João Pinto (1730), “Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal” in *Obras Várias*, Coimbra, José Antunes da Silva.

SOTOMAIOR, Garcia Soares, (1642), *Relação verdadeira da milagrosa vitória a que do castelhano alcançou o capitão d. Henrique Henriques em companhia do terço de d. Francisco de Sousa nos campos de Moura, donde é capitão-mor e alcaide-mor Luís da Silva Teles aos 14 de março de 1642*, Lisboa, Domingos Lopes Rosa.

## **Bibliografia**

ANDERSON, Benedict (2011), *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das letras.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando (2000), *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações. (1580 – 1668)*, Lisboa, Cosmos edições.

BUESCU, Ana Isabel (2010), *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Lisboa, Edições Colibri.

CALAFATE, Pedro (2012), *Da origem popular do poder ao direito de resistência. Doutrinas políticas no século XVII em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller (2014), “História e passado na América Portuguesa: escritores, religiosos, repúblicos do Brasil no século XVII e sua fortuna histórica” in

CAROLINO, Luís Miguel; GESTEIRA, Heloísa Meireles; MARINHO, Pedro. *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política no Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*, Rio de Janeiro, Paz e terra.

Rodrigo Franco da Costa – 1650: *Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022. 39-62. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a3)

CAMENIETZKI, Carlos Ziller (2014) *O Paraíso Proibido. A censura ao Paraíso Brasileiro, a igreja portuguesa, e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Multifoco.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller (2009), “O Astrônomo e a Restauração. Manuel Gomes Galhano Lourosa e sua intervenção na política de Portugal restaurado” in *Proceedings of International Conference History of Astronomy in Portugal. Institutions, theories, practices*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Astronomia, v. 1.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto; SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo (2012), “O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII”, *Topoi. Revista de História*, v. 13, n. 24, pp. 10-28.

CARDIM, Pedro (2017), *Portugal y la Monarquia Hispanica*, Madrid, Marcial Pons História.

MARCOS, David Martins; IÑURRITEGUI, José Maria; CARDIM, Pedro; (org) (2015), *Repensar a identidade nas margens da crise de consciência europeia*, Lisboa, CHAM.

CIDADE, Hernani (1950), *A literatura autonomista sob os Felipes*. Lisboa, Sá da Costa.

COSTA, Rodrigo Franco da (2020), *A pátria de João Pinto Ribeiro e dos demais repúblicos: uma análise da cultura política da Restauração de Portugal de 1640*, Rio de Janeiro, Multifoco.

CURTO, Diogo Ramada (2011), *Cultura política no tempo dos Filipes*, Lisboa, Edições 70.

ELLIOTT, John (1965), *La España Imperial*, Madrid, Vicens-Vives.

GÓMEZ, António Castillo (1997), *Escrituras y escribientes: Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del Renacimiento*, Madrid, Fundación de Enseñanza superior a distancia de las Palmas de gran canaria.

HENRIQUES, Mendo Castro; MACEDO, Jorge Braga de; MALTEZ, José Adelino (1999), *Bem Comum dos Portugueses*, Lisboa, Vega.

MARQUES, João Francisco (1989), *A parenética portuguesa e a Restauração 1640 – 1668*, Porto, Universidade do Porto.

MARQUILHAS, Rita (2000), *Faculdade das letras – leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

OLIVEIRA, António de (1984), *Levantamentos populares do Algarve em 1637 – 1638. A repressão*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Rodrigo Franco da Costa – 1650: *Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022. 39-62. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a3)

OLIVEIRA, António de (1990), *Poder e oposição política em Portugal no período filipino*, Lisboa, Difel.

PEACEY, Jason (2013), *Print and public politics in English Revolution*, New York, Cambridge University Press.

ROSPOCHER, Massimo (2012), “Beyond the Public Sphere: A Historiographical Transition” in ROSPOCHER, Massimo, *Beyond the Public Sphere: Opinions, Publics, Spaces in Early Modern Europe*, Bologna, Il mulino; Berlin, Duncker & Humblot.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2004) *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580 - 1668)*, Lisboa, Colibri.

TORGAL, Luis Reis (1981), *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

VALLADARES, Rafael (2010), *A conquista de Lisboa: Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578 – 1583*, Lisboa, Texto Editores.

VIVO, Filippo de (2007), *Information and Communication in Venice Rethinking Early Modern Politics*, Oxford university press.

VIVO, Filippo de (2012), *Patrizi, informatori, barbieri. Politica e comunicazione a Venezia nella prima età moderna*, Milan, Feltrinelli.